

A proposta de formação continuada de professores do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio no Paraná

Adilson Luiz Tiecher

Resumo

O presente artigo tem como objeto de análise a formação continuada do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio-PNEM no Paraná, e parte do seguinte problema: Em que medida os objetivos anunciados na proposta de formação do PNEM estão sendo contemplados segundo a avaliação do curso realizada pelos professores no sistema SISMédio? Com base nas finalidades do PNEM de promover a melhoria da qualidade do Ensino Médio, ampliando os espaços de formação dos professores, estimulando a reflexão sobre as práticas curriculares, o objetivo deste estudo é analisar a formação de professores do Ensino Médio e os resultados das ações do PNEM paranaense, a partir da avaliação realizada no SISMédio pelos 2.393 cursistas que foram atendidos pela Universidade Federal do Paraná-UFPR e que concluíram a Etapa I em 2014. Como procedimento metodológico de coleta de dados, utilizamos os dados dos Relatórios Personalizados do SISMédio e os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais-Inep de 2003 a 2013. Como resultado da análise, constatamos que a formação do PNEM representou um momento de fortalecimento da relação professor-aluno, de empoderamento dos docentes em questões que dizem respeito à escola e de reflexão e atualização das práticas pedagógicas e curriculares.

Palavras-Chave: Formação de professores. Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. PNEM. Ensino Médio.

Introdução

Com as políticas de universalização do Ensino Fundamental desenvolvidas a partir da Constituição Federal de 1988 (CF88) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 de 1996 (LDB), que obtiveram alguns avanços em termos de escolarização, ainda que não tenham conseguido reduzir percentualmente o analfabetismo e nem combater o abandono e a repetência nesta etapa da educação, o Ensino Médio brasileiro passou a se destacar nas políticas públicas ao longo dos anos 1990 e 2000.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) os principais desafios do Ensino Médio estão relacionados à questão da universalização do atendimento dos jovens de 15 a 17 anos de idade, do redesenho curricular nacional, da ampliação e estímulo ao Ensino Médio Noturno, da ampliação da oferta de educação profissional integrada e concomitante ao Ensino

Médio, da ampliação e adequação da rede física escolar, da carência de professores de algumas disciplinas e em regiões específicas, da garantia de formação dos professores e demais profissionais da escola. (BRASIL, 2013c).

Diante desses desafios têm surgido no âmbito do governo federal políticas e programas¹ para melhorar o atendimento do Ensino Médio. Dentre elas, nesse estudo destacamos a experiência da formação continuada de professores no âmbito do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) no Paraná, realizada numa parceria entre o MEC, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) e as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas.

Esta proposta de formação do PNEM lançada pelo MEC em 2013, pela Portaria n. 1.140, objetiva iniciar um processo de rediscussão das práticas docentes à luz das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) para a formação da juventude do país e de refletir sobre o currículo desta etapa da educação, a partir da temática “Sujeitos do Ensino Médio e Formação Humana Integral”.

A partir das intenções e objetivos desta proposta de formação, o objeto de estudo deste texto parte da seguinte problematização: Em que medida os objetivos anunciados na proposta de formação continuada do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio estão sendo contemplados segundo a avaliação do curso realizada pelos professores cursistas no sistema SISMédio²?

Com base nesta questão norteadora objetivamos analisar a formação continuada de professores do Ensino Médio e os resultados das ações da formação do PNEM paranaense, a partir da avaliação realizada no sistema SISMédio pelos professores cursistas atendidos pela UFPR e que concluíram a Etapa I da formação em 2014.

Quanto aos aspectos metodológicos, tomamos como referência um quadro teórico que buscou oferecer elementos para análise dessa política de formação continuada e os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep). Para analisar os resultados das ações da formação do PNEM paranaense, foram coletados os dados referentes

¹ Decreto n. 5154/04 que regulamentou a educação profissional, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) de 2005, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) de 2006; o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do Magistério Público da Educação Básica (Piso Nacional) de 2008; o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e a Emenda Constitucional n. 59 de 2009 (EC n. 59/09); as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) de 2012; o Plano Nacional de Educação de 2014.

² Este sistema foi desenvolvido pelo MEC para fazer o acompanhamento e monitoramento das ações de formação continuada. Ele passou a ser uma importante ferramenta tecnológica para dar maior agilidade e transparência aos processos de elaboração, análise e monitoramento das ações do PNEM.

ao perfil e a avaliação feita pelos 2.393 professores cursistas no sistema SISMédio, por meio de Relatórios Personalizados.

Para analisar os resultados das ações do PNEM paranaense, este texto está organizado em cinco seções. Primeiramente apresentamos alguns elementos sobre o Ensino Médio brasileiro pós LDB de 1996. Em seguida trazemos algumas considerações acerca da proposta de formação do PNEM. Na terceira seção destacamos a metodologia utilizada para o levantamento de dados. Na quarta trazemos os resultados e a análise dos dados. E na quinta e última, tecemos algumas considerações finais do presente estudo.

1. Ensino Médio brasileiro pós LDB de 1996

A partir de 1996, a LDB transformou a escola de nível médio em “Ensino Médio” e o reconheceu como etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos. Esta etapa se destina ao aprimoramento do educando enquanto pessoa humana, ao aprofundamento dos conhecimentos adquiridos nas etapas anteriores, possibilitando o prosseguimento dos estudos, à preparação básica para o trabalho e a cidadania, dentre outros. (BRASIL, 1996).

Esta inclusão significou um avanço em relação ao direito constitucional de educação para todos, uma vez que o Ensino Médio é reconhecido como “educação de base” (CURY, 2008), porém devido ao fato de não ser obrigatório acaba por fragilizar este avanço. Somado a isso, o número de matrículas, a defasagem idade/ano, o rendimento escolar dos estudantes e as condições de trabalho e formação dos professores apresentam desafios consideráveis a serem enfrentados pelas políticas públicas.

Por exemplo, quando verificamos as matrículas do Ensino Médio de 1991 a 2013, que passaram de 3.772.698 para 8.312.815, segundo os dados do MEC/Inep, constatamos que houve uma expansão significativa até o ano de 2004 (9.169.357) e certa estagnação nos anos seguintes. Esses dados mostram que as matrículas da escola média não só deixaram de crescer nesses últimos 10 anos, como houve uma redução de 9,3% no período de 2004 a 2013.

Se as matrículas já denunciam a necessidade das políticas e programas educacionais dedicarem maior atenção ao Ensino Médio, quando acrescentamos a questão do direito à educação como um direito social constitucional (BRASIL, 1988, Art. 6º) e o retrato da formação dos professores dessa etapa da educação, o cenário fica ainda mais preocupante.

De acordo com os dados do MEC/Inep, no período de 2007 a 2013, dos 414.555 docentes de 2007, 441 (0,11%) tinham apenas o Ensino Fundamental, 26.981 (6,51%) o Ensino Médio e 387.133 (93,38%) o Ensino Superior. Já os dados de 2013 (de um total de

509.403 professores) mostram que houve uma redução de 53,74% (204) no número de docentes que tinham apenas o Ensino Fundamental, enquanto que a escolarização dos demais professores ficou praticamente inalterada – 36.749 (7,21%) possuíam o Ensino Médio e 472.450 (92,75%) o Ensino Superior.

Porém, quando consideramos apenas os professores com formação Superior nesse mesmo período, o quadro é o seguinte: dos 387.133 professores de 2007, 360.577 (93,14%) tinham licenciatura e 26.556 (6,86%) não; já em 2013, dos 472.450, 409.212 (86,61%) eram licenciados e 63.238 (13,39%) não.

Com a LDB de 1996 a educação escolar brasileira passou a ser organizada em níveis, etapas e modalidades educativas. Ela foi dividida em dois níveis: a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a Educação Superior. (BRASIL, 1996). Já as modalidades educativas estão presentes na oferta escolar por meio de demandas e necessidades específicas, sendo elas: Educação Especial, Educação Profissional, Educação à Distância, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação do Campo.

Diante dessa nova organização que definiu o Ensino Médio como a última etapa da Educação Básica, inúmeros são os desafios que esta etapa da educação passou a enfrentar. Dentre eles, destacamos a necessidade de superar a acomodação das matrículas que começou a ser percebida a partir de 2004 e trazer para a rede de ensino os 1,7 milhões (16,0%) de jovens com idade entre 15 e 17 anos³ que ainda estão fora da escola e os 9,7 milhões (42,7%) de pessoas entre 18 e 24 anos que ainda não concluíram a Educação Básica, segundo dados do MEC/Inep e da Pnad/IBGE, do ano de 2013.

2. Considerações sobre a proposta de formação do PNEM

Para contribuir com o enfrentamento de alguns dos principais desafios da escola média brasileira, que segundo o MEC passam pela retomada do crescimento das matrículas como ocorreu nos anos 1990, universalização do acesso e permanência dos estudantes de 15 a 17 anos de idade, melhoria das condições de trabalho docente e de ensino-aprendizagem, redesenho da proposta curricular do Ensino Médio, garantia da qualidade da formação dos professores, dentre outros, o governo federal desenvolveu a proposta de formação continuada

³ De acordo com a legislação educacional brasileira (Lei n. 9.394/96, EC n. 59/09 e Lei n. 12.796/13), a população de 15 a 17 anos possui idade adequada para frequentar o Ensino Médio. E, segundo a EC n. 59/09 e o PNE 2014-2024, até 2016, todas as pessoas nessa faixa etária deverão estar na escola, e elevar, até o término da vigência do Plano, a taxa líquida de matrículas do Ensino Médio para 85%.

de professores que atuam no Ensino Médio no âmbito do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. (BRASIL, 2013c).

O PNEM que foi instituído em 2013 pela Portaria ministerial n. 1.140/13 representa um conjunto de ações que expressa às discussões que o Ministério da Educação tem realizado juntamente com as Secretarias Estaduais e Distrital da Educação (SEDUC), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), o Conselho Nacional de Educação (CNE), as Universidades e Movimentos Sociais, em conformidade com a LDB de 1996, o Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007, as novas DCNEM de 2012 e o Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Dentre as ações estratégicas do PNEM, que buscam melhorar a qualidade de ensino da escola média, destacam-se o Programa Ensino Médio Inovador e o curso de formação continuada para professores do Ensino Médio do PNEM.

Ao lado do ProEMI que se propõe fazer a uma reflexão com vistas à elaboração de propostas curriculares que possam romper com a hierarquização disciplinar e conteudista, tendo como foco a formação humana integral dos seus estudantes, a formação do PNEM objetiva promover a valorização da formação continuada dos professores do Ensino Médio que atuam em escolas públicas estaduais de todo o país, por meio do diálogo entre os conhecimentos teóricos e práticos desses profissionais, em consonância com a LDB de 1996 e as novas DCNEM de 2012.

Esta proposta de formação do PNEM parte do princípio de que o professor é um sujeito que elabora e produz conhecimentos por meio da compreensão da realidade e pelas possibilidades de transformação da sociedade. Diante disso, o curso considera a escola como o espaço privilegiado da formação e construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP), com vistas a melhorar a qualidade da educação dos estudantes da escola média.

De acordo com a Portaria n. 1.140/13, a formação do PNEM foi desenvolvida em duas etapas formativas de 100 horas cada, totalizando 200 horas, teve material didático pedagógico próprio (“Cadernos de Formação”) elaborado por professores universitários e contou com a orientação e acompanhamento de Orientadores de Estudos que atuavam na própria escola dos cursistas, entre outros aspectos.

Quanto à equipe de formação deste curso, ela foi organizada pelas IES e SEDUC envolvidas no processo formativo, sendo composta de coordenador geral e adjunto e de supervisor e formador da IES, de supervisor e formador regional da SEDUC e de orientador de estudo da escola. Já no que diz respeito às atribuições de cada um desses membros: os coordenadores são os responsáveis pela gestão, organização e execução da formação; os

supervisores respondem pela articulação entre as IES e SEDUC; os formadores das IES são responsáveis pela formação dos formadores regionais indicados pela SEDUC que, por sua vez, devem formar os Orientadores de Estudos que irão acompanhar e orientar a formação dos professores cursistas. (BRASIL, 2013b).

Outro aspecto de destaque está relacionado à previsão orçamentária de um bilhão de reais (quando foi criado o programa) para o desenvolvimento da formação do PNEM, que foram repassados às IES coordenadoras. Por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o MEC concedeu bolsas de estudo no valor de R\$ 200,00 mensais aos cursistas para incentivar a participação e o envolvimento nas atividades formativas do programa. O Ministério também contemplou o pagamento de bolsas de estudos aos demais sujeitos envolvidos com a formação, como constam no Art. 11, da Portaria n. 1.140/13, bem como custeou a elaboração do material didático pedagógico e a organização dos Seminários Nacionais do PNEM.

Além disso, outro elemento fundamental para o desenvolvimento desta formação diz respeito à gestão, ao controle e a mobilização social da formação. A partir do disposto no art. 5º, da Portaria n. 1.140/13, onde estabelece que é de responsabilidade do MEC a disponibilização de um sistema de monitoramento e a constituição de um arranjo institucional para a gestão e acompanhamento da formação, foi criado o sistema SISMédio. Para a gestão da formação foi organizado um Comitê Gestor Nacional (com representantes do MEC, das IES, do CONSED, dentre outros), uma Coordenação Estadual (com representante da SEDUC, das IES formadoras e de outras entidades) e uma Coordenação da Formação (formada pelas IES formadoras e pela SEDUC).

Por fim, ressaltamos que para promover a melhoria da qualidade da educação do Ensino Médio, por meio da valorização e formação dos professores, da compreensão e apropriação das novas Diretrizes e da reflexão coletiva sobre as práticas docentes, a proposta de formação do PNEM apresenta como eixo central “Os Sujeitos do Ensino Médio e a formação humana integral”.

3. Metodologia utilizada para o levantamento de dados

Para analisar os resultados das ações da formação do PNEM paranaense, utilizamos os dados dos Relatórios Personalizados do SISMédio, a partir da avaliação realizada pelos cursistas. Para isso, coletamos dados dos 2.393 professores cursistas (1% do total nacional),

de 169 escolas de Ensino Médio da rede estadual paranaense (1% do total nacional) que foram atendidos pela UFPR⁴ e que concluíram a Etapa I da formação do PNEM que aconteceu em 2014.

Nesse sentido, considerando que o objetivo deste estudo é caracterizar a formação de professores do Ensino Médio e analisar os resultados das ações do PNEM paranaense, a partir da avaliação realizada pelos cursistas no SISMédio, analisamos o perfil dos professores cursistas, a avaliação das atividades dos Cadernos de Formação, a avaliação complementar do conteúdo e os temas que os professores cursistas gostariam que fossem aprofundados em outros cursos de formação.

4. Resultados da pesquisa

4.1 O perfil dos professores cursistas

Quando olhamos para o perfil dos professores cursistas desta pesquisa, constatamos que, embora tenha crescido o número de professores do sexo masculino atuando nas disciplinas do Ensino Médio, a profissão docente continua sendo predominantemente feminina. Dos 2.393 cursistas, 1/3 ou 33% (781) deles é do sexo masculino e 2/3 ou 67% (1.612) são do sexo feminino.

Já quanto à faixa etária, 60% (1.442) deles têm idade entre 40 e 60 anos, 35% (833) têm 40 anos ou menos e 5% (118) tem mais de 60 anos. De imediato esses dados refletem o que já diziam os dados do MEC/Inep de 2010, quando mostravam que 46% (220.119) dos professores do Ensino Médio têm, em média, mais de 40 anos de idade.

No que diz respeito à escolaridade dos cursistas, 99% (2.360) possuem o Ensino Superior Completo, 65% (1.564) são especialistas, 6% têm mestrado (125) e/ou doutorado (10) e 6% apresentam como maior escolaridade o Ensino Médio (1), o Superior incompleto (32) e o Superior Completo, mas sem licenciatura (108) ou Pedagogia (46).

Quando verificamos a área de formação desses professores, segundo dados da tabela 1, constatamos que 77% (1.840) têm curso superior com licenciatura, 22% (528) são bacharéis e 1% é formado em curso Superior tecnológico (17) ou não teve a área de formação informada (8). Esses dados mostram que ainda temos 23% de docentes que não possuem a formação mínima para atuar nesta etapa da educação, qual seja, formação de “nível superior, em curso

⁴ Segundo dados do SISMédio/DAGE/SEB/MEC, de outubro de 2014, dos 299.802 professores cursistas (professores e coordenadores pedagógicos) que iniciaram a formação do PNEM, 20.402 (7%) eram do Paraná e destes, 2.709 (13%) passaram a ser atendidos pela UFPR.

de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos de educação”, como previsto no Art. 62 da LDB de 1996. (BRASIL, 1996, p. 18).

Para além desses dados gerais relacionados à área de formação dos cursistas, destacamos ainda que os cursos de Letra – Língua Portuguesa/ Estrangeira (373), Geografia (186), Educação Física (175) e Matemática (167), são o que mais possuem professores com licenciatura (38% do total), e os cursos de Química (63), Artes Visuais (64), Física (39) e Ciências Sociais (24) agregam o menor número de docentes com habilitação na área de atuação (8% do total).

Como se não fosse suficiente, de um lado, temos ainda 15% dos cursistas que têm formação superior diferente das 12 disciplinas ofertadas no Ensino Médio regular – 8% (194) tem licenciatura, 6% (135) são bacharéis e 1% possui curso tecnológico (17) ou a área não foi informada (8) – evidenciando a existência de fragilidades na formação docente que tem reflexos na formação ofertada aos estudantes. E de outro lado, constatamos que os professores que têm formação (licenciado ou bacharel) nos cursos de Química (73), Ciências Sociais (47) e Física (47), representam apenas 7% dos cursistas. Isto significa dizer que estas disciplinas correm um sério risco sofrerem um “apagão” de professores, como já vem sendo denunciado por alguns autores, como Kuenzer (2011) e Rabelo (2015).

4.2 A avaliação das atividades dos Cadernos de Formação

Quanto a avaliação das atividades apresentadas pelos seis Cadernos de Formação, realizada pelos 2.393 professores cursistas no SISMédio, que considerou a relação com o conteúdo do Caderno, a clareza das instruções e do objetivo da realização da atividade, bem como a vinculação ao contexto de sala de aula/cotidiano escolar e a articulação entre teoria e prática⁵, destacamos os seguintes resultados:

O primeiro elemento mostra que a atividade 1 (Caderno I), que propôs ‘identificar os principais desafios do Ensino Médio no Brasil’, teve a participação de 67% (1.602) dos cursistas, a maior de todas, mostrando que os professores cada vez mais se interessam pelas questões que dizem respeito a esta etapa da educação. Etapa essa que a partir da LDB de 1996 passou a receber uma maior atenção por parte das políticas, programas e ações do Estado, com vistas a oferecer uma formação de melhor qualidade socialmente referenciada, de melhorar a formação, às condições de trabalho e remuneração docente, dentre outras.

⁵ Em cada um desses aspectos foram considerados seis critérios avaliativos: muito fraca, fraca, regular, boa, muito boa e em branco.

Como segundo elemento, temos a atividade 25 (Caderno VI), que ao sugerir fazer uma ‘coleta de dados como a taxa de rendimento da escola, bem como refletir sobre a avaliação da aprendizagem’, amargou a adesão de apenas 38% (900) dos cursistas. Esse dado mostra que a temática “Avaliação no Ensino Médio” parece ser ainda pouco conhecida e compreendida pelos docentes, o que exige um maior conhecimento dos documentos legais e normativos que tratam sobre a avaliação e suas implicações no trabalho docente.

Já o terceiro elemento, diz respeito ao Caderno VI que ao trabalhar a “Avaliação no Ensino Médio”, registrou o maior percentual no critério avaliativo como sendo “muito fraca” suas atividades, nos cinco aspectos considerados para a avaliação. Dentre as suas atividades, os maiores percentuais recaíram nas atividades 23 e 24.

A atividade 23 que discutiu as “concepções de avaliação e os principais desafios da avaliação educacional” teve problemas na relação com o conteúdo do Caderno, na clareza das instruções e do objeto da realização da atividade, e em vincular ao contexto de sala de aula. Já a atividade 24 que fez uma “análise do PPP e dos Planos de Ensino da escola e a partir deles identificar as concepções de avaliação da aprendizagem, instrumentos e procedimentos de avaliação mais utilizados na escola, critérios de atribuição de notas e de aprovação”, apresentou maior dificuldade na articulação entre teoria e prática.

Como um último destaque que julgamos ser relevante em relação a esta avaliação, faz menção aos Cadernos e as atividades que obtiveram a maior média percentual no critério avaliativo com sendo “muito boa”, segundo os cinco aspectos considerados na avaliação do PNEM.

Se por um lado o Caderno II sobre “O Jovem como Sujeito do Ensino Médio” apresentou a melhor vinculação ao contexto de sala de aula (92,22%), o Caderno V sobre a “Organização e Gestão Democrática da escola”, teve a melhor relação com o conteúdo do Caderno (94,00%), a melhor articulação entre teoria e prática (91,08%) e foi o mais claro nas instruções (94,01%) e objetivos da realização das atividades (94,06%). Em outras palavras, as questões que envolvem a organização e a gestão da escola e os jovens enquanto sujeitos da escola média, despertaram uma maior atenção dos cursistas.

Já a atividade 21 que ‘discutiu às experiências relativas à participação dos pais na vida escolar’ e a atividade 22 que propôs ‘pesquisar o processo de elaboração do PPP da escola, bem como analisar o seu conteúdo e refletir sobre o ambiente de sala de aula, postura docente, estratégia de ensino’, foram as mais bem avaliadas nos cinco aspectos considerados, ficando entre 92,67% a 95,34%. Para esses cursistas a participação dos pais na vida escolar dos filhos, o processo de construção do PPP e a postura do docente em sala de aula, representam um dos

caminhos para melhorarmos a qualidade da formação dos estudantes da escola média, para além das políticas e programas que vêm sendo desenvolvidos ao longo dos anos 2000, principalmente no âmbito das SEDUC que respondem por aproximadamente 84% (7.046.953) das matrículas desta etapa da educação, segundo dados do MEC/Inep do ano de 2013.

4.3 A avaliação complementar do conteúdo da formação do PNEM

Quanto à avaliação complementar dos conteúdos da formação do PNEM, segundo os Cadernos e os meses em que aconteceu a Etapa I, a primeira consideração mostra que enquanto o mês de julho registrou 96% (2.292) de participação dos professores cursistas⁶, a maior de todas. O mês de dezembro contou com a adesão de apenas 28% (668) dos cursistas, o menor registro. Dentre as possíveis razões dessa diferença, destacamos: o Caderno I estudado em julho mostrou-se mais interessante frente aos desafios do Ensino Médio; nos meses seguintes houve acúmulo de leituras e atividades, levando os a se dedicarem menos à formação; paralelo à formação os professores também demandavam de tempo para preparar as aulas, atividades e avaliações para os alunos; a temática do último Caderno coincidiu com o encerramento do ano letivo escolar; entre outras.

Como segunda consideração, destacamos que embora no mês de dezembro que foi trabalhado a “Avaliação no Ensino Médio”, tenha registrado a menor participação de cursistas, ele recebeu a maior nota em três dos quatro critérios avaliativos. O melhor desempenho ficou com a aplicabilidade para a sua prática profissional (9,90), seguida da relevância do conteúdo para a sua prática profissional (9,88) e do volume de informação apresentadas (9,85). Já a distribuição do tempo teve a sua melhor nota no mês de novembro (9,75) quando foi estudado a “Organização e Gestão Democrática da escola”.

Porém, como terceira consideração, quando olhamos para as menores notas, parece claro que no início a proposta do PNEM não estava suficientemente clara para os cursistas, uma vez que o mês de julho amargou a menor nota em 80% dos critérios avaliativos, com exceção da nota atribuída à distribuição de tempo que também foi a menor de todas no mês de dezembro (9,40). Isso mostra que, ainda que a proposta tenha sido compreendida no decorrer da formação, independente do número de participações, o tempo para a realização das atividades ficou a desejar.

⁶ A participação dos cursistas na avaliação complementar do conteúdo, em cada um dos meses que aconteceu a Etapa I do PNEM paranaense, segundo dados do SISMédio: julho 96% (2.292), agosto 91% (2.181), setembro 895 (2.128), outubro 87% (2.081), novembro 86% (2.068) e dezembro 28% (668).

Ainda que os professores tenham encontrado algumas dificuldades de compreensão da proposta do PNEM no mês julho, quando estudaram o “Ensino Médio e Formação Humana Integral”, os conteúdos dos seis Cadernos parecem ter alcançado os objetivos da formação, na medida em que representou um momento de reflexão e empoderamento dos docentes que passaram a ter uma melhor compreensão das questões que dizem respeito à escola.

4.4 Temas a serem aprofundados em outros cursos de formação

A primeira consideração em relação à avaliação dos temas que os cursistas gostariam que fossem pautados em outras formações tem a ver com a própria relação dos temas. Ou seja, dos 25 temas propostos pela avaliação institucional, a grande maioria deles foram estudados nos seis Cadernos da Etapa I do PNEM. Esse dado nos remete há pelo menos dois entendimentos: o primeiro de que ainda temos muito a refletir sobre o Ensino Médio e os conteúdos que já foram abordados, e o segundo de que o formato desta avaliação parece ter limitado os cursistas na apresentação de novos temas, visto que eles já estavam dispostos no SISMédio.

Como segunda consideração, destacamos que, com exceção do Caderno VI sobre “Avaliação no Ensino Médio”, que teve uma média de 39% (932) de professores avaliando, os demais Cadernos tiveram uma adesão que variou de 45 a 47% (1.077 a 1.127)⁷, sendo que a maior participação foi registrada no Caderno III sobre “O currículo do Ensino Médio, seus sujeitos e o desafio da formação humana integral”. Em outras palavras, podemos dizer que esses dados reforçam o resultados das demais avaliações do SISMédio, na medida em que mostra haver algum grau de dificuldade por parte dos professores em aprofundar questões relacionadas a avaliação⁸, bem como parece existir uma enorme preocupação e vontade em conhecer mais sobre o currículo, os sujeitos e a perspectiva de oferecer uma formação integral aos estudantes, que leve em consideração as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, como prevê as novas DCNEM de 2012.

A terceira consideração diz respeito aos temas que mais têm despertado o interesse dos professores cursistas para serem estudados em outros cursos de formação continuada, segundo cada um dos Cadernos da formação. O maior destaque ficou com os desafios para o Ensino Médio (62%), seguida das questões dos jovens, culturas, identidades e tecnologias (53%), do

⁷ A saber, a média de cursistas que destacaram os temas que gostariam que fossem abordados em outros cursos de formação, em cada um dos Cadernos da Etapa I do PNEM paranaense de 2014, segundo os dados do SISMédio: Caderno I 47% (1.127), Caderno II 47% (1.123), Caderno III 48% (1.160), Caderno IV 48% (1.148), Caderno V 45% (1.077) e Caderno VI 39% (932).

⁸ A saber: avaliação da aprendizagem, avaliações externas e avaliação institucional.

ensino integrado: trabalho, ciência, tecnologia e cultura (54%) e da integração curricular a partir das dimensões do trabalho, da ciência, tecnologia e cultura na prática escolar (51%). Os desafios da prática: a gestão democrática da escola pública entre o proposto e o realizado (51%), foi o quinto mais citado e a avaliação da aprendizagem (42%) registrou a sexta colocação. O predomínio ficou com as questões dos jovens sujeitos do Ensino Médio, a perspectiva de um currículo integrado, os desafios desta etapa da educação e a avaliação da aprendizagem, ainda que esta última tenha despertado um interesse menor dos cursistas.

Já a última consideração desta avaliação, traz as temáticas que menos chamaram a atenção dos cursistas a quererem estudá-las futuramente, segundo cada um dos Cadernos. Com 29% de destaque, as avaliações externas parecem estar longe do horizonte dos professores. Em seguida aparece o histórico institucional (37%), a noção de juventude (38%) e o Grêmios Estudantil e a gestão democrática (39%). Já os temas que abordam as áreas de conhecimento e sua relação com o currículo (44%) e os sujeitos do Ensino Médio e formação humana integral (45%), avançaram e se aproximaram dos 50%, sinalizando o desejo de conhecer mais sobre essas questões.

Considerações finais

Mediante os desafios do Ensino Médio brasileiro, que segundo o próprio MEC passam pela questão da universalização do atendimento dos jovens com idade entre 15 e 17 anos, da reestruturação do currículo, da ampliação e adequação da infraestrutura da escola, da ampliação da oferta de educação profissional integrada e concomitante ao Ensino Médio, das condições de trabalho pedagógico e remuneração docente, da carência de professores, da garantia de formação dos professores, entre outros, ao longo dos anos 2000 têm surgindo no âmbito dos governos federal e paranaense propostas com vistas a mudar este cenário.

Neste estudo destacamos a proposta de formação do PNEM que foi lançado pelo MEC em 2013, numa parceria com as SEDUC e as IES públicas, que objetiva melhorar a qualidade da formação dos estudantes, além de estimular os professores a rediscutir as práticas docentes e refletir sobre o currículo desta etapa da educação, em conformidade com a LDB de 1996 e as novas DCNEM de 2012. Para buscar alcançar tais objetivos, o PNEM definiu a escola como o *locus* da formação, elaborou e distribuiu material didático-pedagógico próprio, no formato PDF, com atividades individuais e coletivas e dividiu a formação em duas etapas de 100 horas cada.

A partir dos desafios que se colocam ao Ensino Médio brasileiro, em especial aqueles relacionados à formação docente, o objeto de estudo deste trabalho de pesquisa se propôs a fazer uma análise da formação continuada de professores que atuam na rede estadual paranaense, no âmbito do PNEM, por meio da avaliação realizada no SISMédio pelos cursistas atendidos pela UFPR e que concluíram a Etapa I em 2014. Para isso, partimos do seguinte problema de pesquisa: Em que medida os objetivos anunciados na proposta de formação continuada do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio estão sendo contemplados segundo a avaliação do curso realizada pelos professores cursistas no sistema SISMédio?

De posse dos dados levantados neste estudo e aqui disponibilizados sucintamente, destacamos os principais resultados das ações da Etapa I do PNEM paranaense que aconteceu em 2014.

Quanto ao perfil dos professores cursistas, constatamos que 67% deles são do sexo feminino e 33% masculino. Além disso, 60% dos cursistas têm idade entre 40 e 60 anos, 35% têm 40 anos ou menos e 5% têm mais de 60 anos. No que diz respeito à escolaridade, 99% possuem o Ensino Superior Completo, 65% são especialistas e 6% são mestres ou doutores. Já quanto à área de formação, verificamos que 77% possuem curso Superior com licenciatura, 22% são bacharéis e 1% tem Superior Tecnológico ou não informou sua área de formação.

Ainda com relação à área de formação dos cursistas, constatamos que os cursos de Letra – Língua Portuguesa/Estrangeira, Geografia, Educação Física e Matemática, concentram 38% dos docentes com licenciaturas. Já os cursos de Química, Artes Visuais, Física e Ciências Sociais, totalizam apenas 8%.

Quanto à avaliação das 26 atividades dos Cadernos de Formação que foram realizadas pelos cursistas, percebemos: a atividade 1, que propôs identificar os principais desafios do Ensino Médio brasileiro, teve a participação de 67%, a maior de todas; a atividade 25, que sugeriu fazer uma coletas de dados como a taxa de rendimento da escola, bem como refletir sobre a avaliação da aprendizagem, teve a menor adesão de todas, ficando com 38%; as atividades 21 que discutiu às experiências relativas à participação dos pais na vida escolar e 22 que propôs pesquisar o processo de elaboração do PPP da escola, bem com analisar o seu conteúdo e refletir sobre o ambiente de sala de aula, postura docente, estratégia de ensino, tiveram a melhor avaliação como “muito boa”, em todos os aspectos considerados.

Já ao considerar a avaliação dos seis Cadernos da formação, verificamos que o Caderno VI, que abordou sobre a “Avaliação no Ensino Médio”, teve o maior registro como sendo “muito fraca” suas atividades, em todos os aspectos considerados na avaliação, e os

Caderno II que abordou “O Jovem como Sujeito do Ensino Médio” e o Caderno V que trabalhou a “Organização e Gestão Democrática da escola”, obtiveram a maior média no critério avaliativa como sendo “muito boa”, em todos os aspectos avaliados.

Em relação à avaliação complementar do conteúdo dos Cadernos, levantamos os seguintes dados: o mês de julho que trabalhou o Caderno I (Ensino Médio e formação humana integral) registrou a maior participação dos cursistas, atingindo 96%, e a menor nota em 75% dos critérios avaliativos, menos no critério distribuição do tempo; já no mês de dezembro que estudou o Caderno VI (Avaliação no Ensino Médio) teve a menor adesão de todos, com apenas 28% avaliando, porém apresentou o melhor desempenho em três (aplicabilidade e relevância do conteúdo para a sua prática profissional e volume de informação apresentadas) dos quatro critérios avaliativos.

No que diz respeito a avaliação dos temas que os cursistas gostariam que fossem abordados em outros cursos de formação continuada, constatamos que: dos 25 temas apresentados para a avaliação, a maioria deles foram trabalhados nos Cadernos de formação; o Caderno III que tratou sobre “O currículo do Ensino Médio, seus sujeitos e o desafio da formação humana integral”, registrou 47% de participação, a passo que o Caderno VI sobre a “Avaliação no Ensino Médio”, amargou apenas 39% de adesão; os dois temas que mais se destacaram foram “os desafios para o Ensino Médio”, com 62%, e “jovens, culturas, identidades e tecnologias”, que registrou 54%; já os dois temas que menos despertaram a atenção dos cursistas foram “histórico institucional”, com 37%, e “noção de juventude”, com 38%.

Os bons resultados obtidos a partir dessas avaliações realizadas pelos professores cursistas e aqui expostos, deve-se em grande parte, ao modelo de formação adotado pelo PNEM que mexeu com questões que estavam latentes na escola. A formação provocou os cursistas a refletirem sobre o exercício de sua profissão e sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, bem como representou um momento de empoderamento ao docente que passou a ter mais condições de compreender as questões que envolvem os sujeitos do Ensino Médio e passou a ter a sensação de pertencimento do espaço.

Por fim, dentre as razões dos bons resultados do PNEM paranaense, destacamos: a adoção da escola como lócus da formação de professores, a qualidade do material didático-pedagógico utilizado na formação, o envolvimento das IES na formação, o acompanhamento dos orientadores de estudos nas escolas e o desejo dos envolvidos em melhorar a qualidade da formação oferecida aos estudantes do Ensino Médio.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. MEC/SEB. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pelo Ensino Médio. Documento Orientador Preliminar**. Brasília: 2013(a). Disponível em: <<http://www.observatorioadoensinomedio.ufpr.br/wpcontent/uploads/2014/03/pnem-proposta-de-formac3a7c3a3o-continuada-de-professores.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Parecer n. 1.140 de 22 de novembro de 2013**. Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 2013(b). Disponível em: <<https://observatorioensinomedio.files.wordpress.com/2014/03/portaria1140.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. MEC/SEB. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documento Base de Orientação do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. Brasília, 2013(c). Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pacto_fort_ensino_medio.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CURY, C. R. J. A educação básica como direito. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://acrux.astro.ufsc.br/~lacerda/EED5187/02_-_Cury_-_A_educacao_basica_como_direito.pdf>. Acesso em: 2 mai 2015.

KUENZER, A. Z. A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-688, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87320975004>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

RABELO, R. P. **Projeção da oferta de professores de biologia, matemática, física e química para a educação básica no Brasil até 2028**. Dissertação de Mestrado, no curso de Pós-Graduação em População, Territórios e Estatísticas Públicas, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE. Rio de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/images/ence/doc/mestrado/dissertacoes/2015/DissertacaoRache1_IMPRESSAO.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2015.